

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202412/0446

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Orgão / Serviço: Casa Pia de Lisboa, I.P.

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: Detida na situação de origem

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Pretende-se que o/a candidato/a exerça funções inerentes à carreira unicategorial de técnico superior, na área do apoio ao planeamento do DAC, as quais, se traduzem nomeadamente, no seguinte:---

a. Colaborar com outras entidades na elaboração de propostas normativas, em como na regulamentação de medidas de política, programas, respostas e serviços sociais;---

b. Dinamizar a elaboração do plano estratégico e dos planos de atividades;---

c. Produzir com regularidade a informação de gestão proveniente dos diferentes serviços da CPL, I.P., necessária ao acompanhamento da execução dos planos aprovados;---

d. Analisar a informação de gestão gerada pelos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED), e propor a adoção tempestiva das medidas corretivas adequadas;---

Caracterização do Posto de Trabalho:

e. Identificar as necessidades de formação de pessoal afeto à área de missão e do planeamento, assim como emite pareceres sobre os conteúdos formativos, bem como as necessidades de pessoal docente adequada à oferta formativa e educativa;---

f. Promover o acompanhamento e apoio técnico ao funcionamento das respostas de acolhimento e de ação social da CPL, I. P., e das respostas educativas e formativas da CPL, I. P., bem como proceder à sua avaliação;---

g. Acompanhar os CED no relacionamento com os tribunais de família e menores e outras entidades com competências em matéria de proteção de crianças e jovens em perigo e em risco;---

h. Articular com os CED, o acompanhamento e melhoria dos processos de admissão e desenvolvimento em acolhimento residencial, admissão e desenvolvimento em respostas educativas e formativas e acolhimento residencial e familiar;---

i. Identificar novas necessidades de criação de respostas educativas e formativas;---

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Titularidade de licenciatura adequada

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Casa Pia de Lisboa, I.P.	1	Avenida do Restelo, n.º 1	Lisboa	1449008 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Ser titular de categoria de Técnico Superior
Ter contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: <https://form.jotform.com/24347387754371>

Contacto: concursos@casapia.pt

Data Publicitação: 2024-12-13

Data Limite: 2025-01-02

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: — Torna-se público que a Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL, IP) pretende proceder ao recrutamento de 1 Técnico Superior, para o apoio ao planeamento, por via do recurso ao mecanismo da mobilidade, nos termos e na forma prevista conjuntamente no artigo 97.º - A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e no art. 4.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril, todos na sua atual redação.- 1. Caracterização da oferta de emprego público a) Tipo de oferta: Mobilidade na categoria. --- b) Carreira e categoria: Técnico superior. --- c) Posição remuneratória de referência: A detida na carreira/categoria de origem. -- d) Nível habilitacional: Titularidade de licenciatura adequada, não podendo ser substituída por formação e/ ou experiência profissional ainda que na área do exercício da função.- e) N.º de postos de trabalho: 1 --- f) Unidade orgânica: Departamento de Apoio à Coordenação (DAC). --- g) Local de trabalho: Lisboa. h) Em Regra, é praticada a modalidade de horário flexível, com possibilidade de realização de teletrabalho.--- 2. Caracterização do posto de trabalho — De acordo com o Anexo a que se refere o art. 88.º, n.º 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação vigente, o referido posto de trabalho é na carreira geral unicategorial de técnico superior, de grau 3 de complexidade funcional, a qual requer a titularidade de licenciatura adequada não podendo a mesma ser substituída por formação e/ ou experiência profissional ainda que na área do exercício da função.--- — Destarte, pretende-se que o/a candidato/a exerça funções inerentes à carreira unicategorial de técnico superior, na área do apoio ao planeamento do DAC, as quais, se traduzem nomeadamente, no seguinte:--- a. Colaborar com outras entidades na elaboração de propostas normativas, em com na regulamentação de medidas de política, programas, respostas e

serviços sociais;--- b. Dinamizar a elaboração do plano estratégico e dos planos de atividades;--- c. Produzir com regularidade a informação de gestão proveniente dos diferentes serviços da CPL, I.P., necessária ao acompanhamento da execução dos planos aprovados;--- d. Analisar a informação de gestão gerada pelos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED), e propor a adoção tempestiva das medidas corretivas adequadas;--- e. Identificar as necessidades de formação de pessoal afeto à área de missão e do planeamento, assim como emite pareceres sobre os conteúdos formativos, bem como as necessidades de pessoal docente adequada à oferta formativa e educativa;---- f. Promover o acompanhamento e apoio técnico ao funcionamento das respostas de acolhimento e de ação social da CPL, I. P., e das respostas educativas e formativas da CPL, I. P., bem como proceder à sua avaliação;---- g. Acompanhar os CED no relacionamento com os tribunais de família e menores e outras entidades com competências em matéria de proteção de crianças e jovens em perigo e em risco;--- h. Articular com os CED, o acompanhamento e melhoria dos processos de admissão e desenvolvimento em acolhimento residencial, admissão e desenvolvimento em respostas educativas e formativas e acolhimento residencial e familiar;--- i. Identificar novas necessidades de criação de respostas educativas e formativas;--- — A descrição das funções em referência não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas para as quais o trabalhador detenha a qualificação adequada e não impliquem a desvalorização profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 81.º da LTFP. — Em vista disso, requer-se que o/a candidato/a a recrutar desempenhe as funções que lhe forem cometidas, com elevado sentido de responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, de acordo com o perfil profissional aprovado no mapa de pessoal desta entidade empregadora pública para o ano em curso.--- 3. Requisitos gerais e especiais. — De acordo com o art. 17.º da LTFP, no momento da apresentação da candidatura, o trabalhador deve reunir os seguintes requisitos gerais de admissão: --- • Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; --- • 18 anos de idade completos; --- • Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; --- • Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; --- • Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.--- 4. Âmbito de recrutamento — O/a candidato/a deverá ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída por tempo indeterminado, com outro organismo da administração pública.--- 5. Forma, prazo e local de apresentação da candidatura. — As candidaturas deverão ser formalizadas, mediante o preenchimento do formulário eletrónico, de utilização exclusiva e obrigatória, publicitado na página institucional (disponível em: http://www.casapia.pt/carreiras_generalistas_indice.html), sendo excluídas as candidaturas apresentadas em suporte de papel, bem como os formulários eletrónicos submetidos após as 23h59m, hora de Portugal Continental, do último dia do prazo estabelecido para apresentação das candidaturas, no prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP).--- — Neste sentido, juntamente com o preenchimento obrigatório e exclusivo do formulário eletrónico, todos os candidatos deverão anexar obrigatoriamente: --- a) Curriculum profissional, devidamente datado e assinado, detalhado e atualizado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: as habilitações literárias, as funções e atividades que exercem e as que exerceram, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, bem como, a formação profissional detida, devidamente comprovada; --- b) Documento comprovativo das habilitações literárias; --- c) Outros documentos considerados relevantes. --- — Para além da publicitação na BEP, a presente Oferta de Emprego Público encontra-se também publicitada na página institucional, disponível em: --- https://casapia.pt/categorias_carreiras/carreiras-gerais-especiais/ 6. Métodos de seleção — Os/as candidatos/as serão submetidos à Avaliação Curricular (AC), complementada com à Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).--- — Apenas serão convocadas para a EAC, os candidato/as que reúnam os requisitos legalmente exigidos, fixados na presente publicitação. 7. Notificações — Todas as notificações processam-se por meio de correio eletrónico para o endereço indicado pelo/a candidato/a na respectiva candidatura. --- 8. Licitude do tratamento dos dados pessoais. — Nos termos e ao abrigo do disposto nas alíneas b), c), e), do n.º 1, do art. 6.º do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e do art. 28.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, o tratamento de dados pessoais no presente procedimento concursal comum, por parte da CPL, I.P., tem por fundamento jurídico a operacionalização da mobilidade na categoria e interserviços.--- 29/11/2024. — A Diretora da Unidade de Recursos Humanos, Inês Reis Carvalho

Leão.

Observações

O/a candidato/a deverá ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída por tempo indeterminado, com outro organismo da administração pública.
